



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

## **4. EDUCAÇÃO**

SALVADOR, 8 DE AGOSTO DE 1964

NA UNIVERSIDADE DA BAHIA, COMUNICANDO A UNIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Honrou-me sobremodo o título com que me distinguiu a vossa Universidade, e aqui estou mais para vos agradecer do que para receber as vossas insígnias. Sois representantes e continuadores de uma das mais antigas e melhores tradições de cultura do Brasil, cujas raízes se encontram nos primitivos centros jesuíticos de educação. Nêles, lado a lado da Cruz, abriram-se as primeiras cartilhas, origem remota de todo o nosso sistema educacional. O que equivale a confundir-se o vosso passado com a própria história da civilização brasileira.

Não precisaria, pois, dizer mais para que tenhais a certeza do aprêço com que recebo a vossa iniciativa. Desejo, porém, acrescentar que o vosso diploma mais me vincula aos problemas de educação no Brasil. Serei daqui por diante também um participante nesse importante setor da administração pública. Não o considerarei apenas uma honraria. Encaro-o como a maneira da Universidade da Bahia colocar-me em seu meio, e, portanto, no meio das suas preocupações e cogitações. Aqui, já não serei apenas o Presidente da República, mas, também, um dos vossos confrades, com iguais aspirações e propósitos idênticos àqueles que são a vossa ocupação de cada dia.

Em meio aos múltiplos e graves problemas com que se defronta o Governo, nada suscita preocupação igual à que decorre do empenho em vencer a luta contra o analfabetismo e as enfermidades, temas certamente bem próximos do vosso pensamento. Educar e curar são, na realidade, objetivos inseparáveis das transforma-

ções que deverão ser vigorosamente asseguradas aos brasileiros. Na prática, apresentados nas suas linhas mais simples, êles se traduzem na necessidade de propiciar ao País número sensivelmente maior de ambulatórios e de salas de aula. São pontos de apoio indispensáveis, e sem os quais a administração pública não realizará o que considera dever elementar. Assim, quer o Ministério da Educação, quer o Ministério da Saúde, cada qual dentro das suas atribuições, está decididamente votado ao trabalho de fazer com que o Brasil tenha menos doentes e menos analfabetos.

São afirmações que acredito bem calharem numa casa de cultura como a vossa.

Congregando antigos estabelecimentos de ensino superior, tendes em vosso favor uma tradição de importância indiscutível, menos por vos permitir olhar para trás do que por vos proporcionar mais ampla visão sôbre o futuro. Realmente, é na Escola de Anatomia e Cirurgia, fundada por D. João VI, e bêmço da arte médica brasileira, que encontramos os fundamentos da vossa Faculdade de Medicina. Ainda do século passado, e também cheias de serviços ao País, são a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Escola de Belas Artes. Mas, numa prova de que vos anima forte vontade de progredir, acompanhando as conquistas do nosso tempo, também figuram entre as vossas unidades mais recentes a Escola de Geologia e a Escola de Administração, ambas a exprimirem invencível espírito de constante alargamento de conhecimentos para a juventude.

Contudo, por mais que vos anime êsse admirável sentimento de dedicação ao estudo e à investigação, não será demais acentuar a grandeza da tarefa a realizar, e da qual depende vencermos a barreira do subdesenvolvimento, objetivo primacial de todos os brasileiros. Seria mesmo um truísmo repetir-vos que, hoje, nenhum País consegue atingir a prosperidade sem os alicerces da ciência e da técnica. Isto é, se não contar com um quadro de cientistas e técnicos capaz de atender às crescentes exigências do progresso. Estabeleceu-se mesmo íntima relação entre a riqueza nacional e a proporção de técnicos e cientistas existentes em qualquer coletividade.

Bem sabeis que, no Brasil, estamos, infelizmente, muito longe de haver alcançado índices compatíveis com as nossas necessidades. E atingi-los é desafio lançado aos centros culturais como a vossa Universidade. E, dada a impossibilidade de abordar os vários setores pelos quais se desdobra aquêle desafio, desejo deter-me um pouco no que ocorre em relação à medicina e à saúde pública. Quanto àquela, bastaria invocar recente afirmação do vosso Reitor, ao vos mostrar que, enquanto temos apenas quatro médicos para cada grupo de dez mil habitantes, na Alemanha Ocidental, na Argentina, ou nos Estados Unidos a proporção é de 14 médicos. E quais as conseqüências dessa deficiência sôbre tôda a vida nacional, a começar pelas condições de saúde de cada indivíduo até projetar-se sôbre as estatísticas da economia brasileira, não preciso encarecer perante um auditório universitário.

Convém, no entanto, lembrar que as Nações Unidas, ao enunciarem um balanço sôbre o primeiro decênio das suas atividades, assim se referiam às relações existentes entre o progresso e a saúde pública: «A condição essencial do progresso é, em última análise, a faculdade para cada indivíduo desenvolver suas aptidões pessoais; e ela não será realizada senão quando os obstáculos maiores da doença e da insuficiência das condições sanitárias forem transpostos. É necessário nos empenharmos em reduzir os riscos biológicos e sanitários existentes se queremos que a agricultura e a indústria se desenvolvam». Que poderemos desejar de mais explícito sôbre a conexão entre o desenvolvimento e melhores condições de saúde? Na sua advertência, as Nações Unidas como que nos fazem compreender o Jeca-Tatu, de Monteiro Lobato.

Não bastassem, pois, os mais elementares motivos de solidariedade humana para nos estimularem na luta contra as enfermidades, que ainda hoje flagelam o povo brasileiro, e também as razões mais frias e pragmáticas nos conduzem a idêntica atitude.

Por vêzes, entretanto, como se fôssemos imobilizados por terrível fatalismo, o País como que se tem contentado com o enunciado de frases, que parecem haver deixado de constituir doloroso grito de alarme para serem apenas um refrão de discursos. Quantas vêzes não se haverá repetido que «O Brasil é um grande

hospital»? Nada indica, porém, que a ação haja correspondido ao sofrimento e ao perigo expressos nessas palavras. E passadas algumas décadas como que nos consolamos com outra frase, desdobramento daquela: «O Brasil é um grande hospital sem hospitais».

Já é tempo, portanto, de fazermos dessas amargas legendas graves advertências destinadas a inspirar ação comum e indormida em favor da saúde dos brasileiros. As estatísticas aí estão, ultrapassando talvez as mais pessimistas imaginações. Que representarão, na vida nacional, cêrca de vinte milhões de doentes de ancilostomose? De bócio endêmico temos mais de dez milhões de casos. A esquistossomose contribui com cêrca de quatro milhões. A doença de Chagas com três milhões. E, como complemento dêsse quadro dramático, aí estão o tracoma, a boubá, a tuberculose e a lepra, cada qual a concorrer com a sua trágica parcela.

Consciente da magnitude da tarefa, e também das múltiplas dificuldades que encerra, o Govêrno está disposto a enfrentá-la com todos os recursos disponíveis. Nem por outro motivo irá a União despender na Bahia, e sômente no corrente exercício, quase dois bilhões de cruzeiros. É que, apesar das normas de economia a que está obrigado o Govêrno no imenso esforço desenvolvido para salvar o País da catástrofe da inflação, considera como altamente remunerador tudo quanto houver de ser bem aplicado nos programas de saúde e de educação. De fato, pretende propiciar aos brasileiros a possibilidade de se libertarem das doenças que os rondam e esmagam a cada hora. Que liberdade mais importante do que essa?

Será uma campanha cuidadosamente estudada e inflexivelmente realizada. Dentro dos recursos de que dispõe, elaborou o Govêrno um programa adequado às necessidades e possibilidades do nosso povo, buscando com um mínimo de gastos beneficiar o máximo de pessoas. Para isso usará as novas conquistas da ciência e da tecnologia, de modo a fazer baixar sensivelmente os elevados índices de mortalidade. Buscará tornar a saúde pública efetivo instrumento no auxílio ao desenvolvimento econômico, fugindo ao desperdício de recursos em atividades que não dêem

rendimento satisfatório. É uma ponderada escala de prioridade apontará os pontos pelos quais se deverá desenvolver a ação governamental.

Intensificar-se-á, inicialmente, a luta contra as grandes endemias, ao mesmo tempo em que serão estendidos às populações rurais serviços mínimos de assistência médico-sanitária, inclusive o amparo à maternidade e à infância. Ação que terá, necessariamente, como dos principais esteios, o aperfeiçoamento da nossa infra-estrutura hospitalar, infelizmente cheia de graves deficiências. Deficiências que, de pronto, colocam fora de funcionamento cerca de vinte e dois mil leitos, cuja falta é extraordinária para a população brasileira. Aliás, para melhor fixar o que significa a inutilização de tão grande número de leitos, bastará dizer-se que dos trezentos e oitenta mil necessários contamos apenas com duzentos e trinta mil, dos quais mais de oitenta por cento nas regiões sul e leste do País.

Convém dizer que para serem utilizados em condições normais há que, inicialmente, suprir o deficit atual de mais de sessenta mil enfermeiras e cerca de dez mil técnicos de laboratório, raios X, anatomopatologia, além de outros profissionais de nível médio. Do mesmo modo que as instituições particulares, a começar pelas Santas Casas e estabelecimentos outros votados ao atendimento de indigentes, deverão encontrar na Lei Orgânica da Assistência Médico-Hospitalar, já em estudos no Ministério da Saúde, os elementos precisos para a desejada eficiência dos seus serviços. Ao tempo em que a disciplinada distribuição de recursos, mediante convênios, evitará a balbúrdia reinante na distribuição de verbas orçamentárias, inclusive a manutenção de «instituições-fantasmas», apenas destinadas ao criminoso desvio de somas por vizes vultosas.

Certamente, dada a complexidade da matéria, que seria impossível examinar nos limites de um discurso, há muitas outras medidas que serão adotadas com o objetivo de fazer desaparecer o número aterrador de quarenta milhões de doentes.

Por que não fazermos com alguns medicamentos o mesmo que ocorre em relação às vacinas, em grande parte produzidas pelo poder público? O Instituto Oswaldo Cruz, por exemplo, além das

suas atividades científicas nos campos da biologia, da patologia e da medicina experimental, deverá diluir êste ano cêrca de três milhões de doses de vacina Sabin. O que não o impedirá de produzir outras tantas contra a varíola, a febre amarela e o tifo, já que ninguém ignora o valor da vacinação. Nem há por que deixar de incorporar aos nossos hábitos tais avanços da ciência. Assim, a exemplo do que sucede com as vacinas, o Govêrno também poderá se dedicar à produção em larga escala, e por preços módicos, de alguns agentes terapêuticos indispensáveis à recuperação de milhões de brasileiros, hoje marginalizados da nossa vida e da nossa economia graças às enfermidades de que padecem sem a necessária assistência médica.

Nessa ação, que se desdobra em numerosas frentes, não será das menos importantes uma eficiente colaboração entre o Govêrno federal e os Estados e Municípios. Quanto a êstes, a participação da União deverá ser, principalmente, no que concerne aos serviços de abastecimento de água e à construção de esgotos, ambos da maior importância para a preservação da saúde das nossas populações. Entretanto, excluídas as capitais nossas, das 2.855 cidades, 2.600 não têm rêde de esgotos, e 2.100 estão desprovidas de abastecimento de água. E ninguém ignora ser êsse um dos grandes fatores dos nossos altos índices de mortalidade, inclusive a infantil, tão tristemente marcada pelas quinhentas crianças que morrem diariamente no Brasil.

Mais amplos deverão ser os entendimentos com os Estados, cujas organizações sanitárias se encontram freqüentemente desaparelhadas, e, portanto, incapazes de integral utilização, devido à falta de recursos financeiros. Dentro de estudada e coordenada política de descentralização, deseja o Govêrno Federal, mediante convênios, proporcionar às unidades da Federação os recursos de que necessitam para se desempenharem com eficiência dos serviços e da assistência que lhes incumbe, e estão em melhores condições de realizar.

Outrossim, com o objetivo de emprestar aos serviços médicos dos Institutos de Previdência o desenvolvimento e a presteza há muito reclamados pelos seus segurados, cuida o Govêrno não ape-



nas de promover a unificação de tais serviços, mas também de os transferir para o Ministério da Saúde, certamente o mais adequado para os supervisionar. Suprimir-se-á, assim, o divórcio hoje existente entre a medicina curativa e a medicina preventiva, causa de graves inconvenientes.

Encetadas as transformações mencionadas, que deverão modificar o panorama da assistência médica proporcionada pelo poder público, estará este materialmente habilitado para alcançar os seus objetivos. Contudo, ainda faltará o principal, o homem científica e tènicamente habilitado para atender às necessidades da população brasileira. Na realidade é o homem não só a medida, mas também a alavanca de tódas as cousas. Precisamos de mais médicos e de mais técnicos. Quanto a estes, é pensamento do Govêrno, como passo inicial, a criação de uma escola de saúde pública. Quanto àqueles, é tarefa que competirá não apenas aos centros superiores de ensino, como a vossa centenária Faculdade de Medicina, mas também às sociedades médicas, científicas e de agremiação de classe a fim de alcançarmos constante elevação dos padrões éticos e profissionais. Por certo não se improvisam médicos. E não seria aconselhável reduzir os currículos com o objetivo de diplomá-los num menor espaço de tempo. Contudo, será perfeitamente possível, sem prejuízo do ensino, uma conjugação de esforços entre o Govêrno, as universidades e os corpos docentes no sentido de tornar maior o número de alunos nos vários cursos médicos do País. E, se isso fôr alcançado, estaremos no caminho de modificar aquela proporção entre os médicos e a população brasileira de que vos falei inicialmente, e que não pode deixar de ser motivo de atenção e preocupação por parte do Govêrno.

Estou, porém, inteiramente confiante em que, conscientes das graves responsabilidades que lhes cabem no presente e principalmente no futuro da nacionalidade, encontrarão os dirigentes das universidades brasileiras os meios adequados para alterarmos alguns índices culturais que não podem ser encarados sem apreensão. Podeis, no entanto, ficar certos de que o Govêrno fará a sua parte. E a fará com a exação e o entusiasmo ditados pela firme convicção de ser, no campo da técnica e da ciência, que teremos de começar

a ganhar a luta contra o subdesenvolvimento. Mas confia em que ao seu lado estarão as universidades. É, principalmente, desta consciência que o Govêrno vos deseja ver animados, pois nada será alcançado se, antes de iniciarmos a luta para a qual estão clamados os brasileiros, não estiverem as universidades, pelos seus professôres e pelos seus estudantes, convencidas de que detêm um dos mais importantes instrumentos para transformar o Brasil na grande Nação com que sonhamos: próspera, livre e justa.

Renovo aqui os meus agradecimentos. Estou certo, porém, de que a melhor maneira de os externar e comprovar será o zêlo que o Govêrno continuará a pôr nos assuntos que vos dizem respeito e que, sem dúvida, se confundem com os grandes interêsses da Pátria.